

“Avenida do progresso sem fim”: educação para o trabalho nas obras paradidáticas de Monteiro Lobato

Resumo

Esta pesquisa tem por intuito empreender uma discussão sobre a temática da educação para o trabalho em quatro obras literárias infantis de Monteiro Lobato, consideradas Paradidáticas, escritas e editadas pela primeira vez na década de 1930. Este período se caracteriza pelo retorno do autor ao Brasil após uma temporada nos Estados Unidos trabalhando como adido comercial, influenciado fortemente pelo “fordismo” e pelo desejo de promover o desenvolvimento econômico brasileiro. Lobato transporta estas questões para sua literatura infantil com o propósito da formação do brasileiro e da denúncia dos problemas nacionais. Nestes textos, o “trabalho” se apresenta como um dos principais canais de desenvolvimento humano e social que necessitava ser potencializado visando o progresso da nação. Propôs-se observar nestas obras, através do conceito de Roger Chartier(1990), as representações das ideias sobre o desenvolvimento do conhecimento científico e ensino profissional, algo intimamente relacionado à criação de siderúrgica e às investidas de Lobato em seu plano de exploração de ferro e petróleo em nosso país. Para a formação de uma trama articulou-se um diálogo com o discurso político, econômico e educacional do período, assim como, com as outras obras não ficcionais do autor.

Palavras-chave: Monteiro Lobato, Educação para o trabalho, Progresso, Literatura infantil paradidática.

Carla Ukan

Prefeitura Municipal de Curitiba
carlaukan@hotmail.com

Monteiro Lobato conhecido amplamente como escritor infantil possuiu inúmeras outras facetas de destaque ao longo de sua trajetória. Segundo Azevedo (1997), Lobato sofria de um “inconformismo crônico” que era responsável pelo seu constante desejo de transformar o mundo e para isso assumiu diferentes papéis que se intercalavam com o intuito de: “despertar a consciência social e criar novos padrões de comportamento coletivo.” (AZEVEDO, 1997, p.50)

Para isto, Lobato demonstrava a convicção de que a literatura, principalmente a infantil¹, poderia ter papel importante na formação dos indivíduos e no desenvolvimento de uma nação. Conforme sua famosa frase: “Um país se faz com homens e livros” (LOBATO,1951, p.46). E assim, colocava as crianças em contato com problemas reais, mesmo através do imaginário da obra infantil, fazendo-as refletirem desde cedo.

O intuito declarado de formar e educar da Literatura Infantil se consolidou com as obras que podem ser consideradas “didáticas” ou “paradidáticas” caracterizadas por transitarem entre espaços e categorias educacionais com propósito explícito de promover a educação às crianças, o público alvo das mesmas. Para Regina Zilberman a literatura infantil afirmou-se na escola por consequência e em consonância com a mudança dos paradigmas educacionais, sobretudo em relação à valorização da infância que fez com que se estabelecesse uma ligação forte entre a literatura infantil e a escola. (ZILBERMAN, 1998, p.14)

Quanto aos livros escritos por Monteiro Lobato a denominação “Livros Paradidáticos”² é utilizada pela especialista Marisa Lajolo (1993), referindo-se as obras resultantes do projeto pedagógico do autor. Os títulos referentes a essa classificação que foram utilizados como fontes desta pesquisa são: História do mundo para crianças (1933); Geografia de Dona Benta (1935); Histórias das invenções (1935) e O poço do Visconde (1937).

¹A literatura infantil genuinamente brasileira surge com Monteiro Lobato na década de 1920, concomitante a um momento de transição sobre o papel social da criança que ganha notoriedade como indivíduo possuidor de características e necessidades próprias. (LAJOLO; ZILBERMAN, 1984, p. 17)

² Conforme a classificação de Marisa Lajolo, adotaremos nesta pesquisa o termo “paradidático” ao se referir aos livros infantis escolhidos como fontes. Para saber mais sobre o conceito de livro paradidático ver MUNAKATA(1997).

Estas obras escritas na década de 1930 seriam uma investida de Lobato às temáticas escolares na tentativa de renovar o gênero didático por meio do discurso literário, viabilizando os conhecimentos sistematizados pelas disciplinas de forma lúdica e agradável para as crianças. (ALCANFOR, 2013, p.12).

Dentro destas obras preocupadas com a educação estão presentes o tema “trabalho” e a intenção de uma formação para ele. Para perceber estas relações o aporte teórico-metodológico dessa pesquisa histórica está pautado nas tendências da História social e cultural com raízes na Nova História, que se caracteriza por abranger aspectos sociais e culturais de uma sociedade, interessando-se por toda atividade humana, dado sua significação e valor na construção da história. (BURKE, 1992)

Nessa perspectiva historiográfica a literatura como fonte, tem sido muito utilizada principalmente no que diz respeito ao conceito de representação, seja dos personagens, local, ideias, costumes ou época determinada. Nesse sentido Sandra Pesavento (2004) afirma que:

A Literatura permite o acesso à sintonia fina ou ao clima de uma época, ao modo pelo qual as pessoas pensavam o mundo, a si próprias, quais os valores que guiavam seus passos, quais os preconceitos, medos e sonhos. Ela dá a ver sensibilidades, perfis, valores [...] é a literatura que fornece os indícios para pensar como e porque as pessoas agiam desta e daquela forma. (PESAVENTO, 2004, p.82-83).

Desta forma, foi escolhido o conceito de representação do historiador francês Roger Chartier com o objetivo de observar conflitos sociais, neste caso sobre a educação para o trabalho, por meio das representações da realidade que o texto de literatura pode comportar. Segundo Chartier as representações são “esquemas intelectuais, que criam as figuras graças às quais o presente pode adquirir sentido, o outro tornar-se inteligível e o espaço ser decifrado.” (CHARTIER, 1990,p.17)

De acordo com a proposta de utilização dos discursos como fonte, Chartier ainda ressalta que a representação é “instrumento de um conhecimento mediador que faz ver um objeto ausente através da substituição por uma imagem capaz de o reconstituir em memória e de o figurar como ele é”. (CHARTIER, 1990,p.20).

Deste modo, o potencial do texto literário em desenvolver a imaginação e uma reconstrução imagética torna-o um meio profícuo para perceber as representações contidas nele, sobretudo, ao abordar o “trabalho” que está envolto de uma dimensão social ampla.

Aumentando a eficiência do trabalho em prol do progresso brasileiro

O trabalho representa, muitas vezes, o principal canal de recuperação e evolução social do indivíduo e, por conseguinte, fator responsável pelo desenvolvimento da sociedade. Tornando-se uma atividade que, como causa ou consequência, está entrelaçada à realidade econômica, social e política, tanto na individualidade como no coletivo.

Essa visão idealizada do trabalho que acompanha gerações é repassada dentro do ambiente familiar, como também, através da escola, que assume sua função social. Ou seja, o indivíduo é educado para o trabalho seja informalmente pela família e outros grupos, seja de maneira sistematizada e formal pela instituição escolar.

Ao iniciar a observação dos livros escolhidos de Monteiro Lobato localizamos que na sua origem, diferente da conotação atual, o trabalho era considerado apenas como uma solução para as necessidades que o ser humano encontra no seu processo de evolução. Não correspondia a uma atividade inerente ao ser vivo ou, muito menos, se referia ao labor como uma atividade que gerasse prazer. Lobato retoma esta origem negativa em seu livro infantil História das invenções (1935) na voz de Dona Benta, a matriarca do Sítio do Picapau Amarelo:

Querem e preferem o sossego, a paz, a ausência de trabalho. Seja leão, camarão ou pulga, se podem estar cochilando não estão trabalhando. E o bicho homem também devia ser assim. Mas aquelas sucessivas calamidades, e por último a invasão dos gelos, tornaram terrivelmente alerta o trabalhador. A necessidade põe a lebre a caminho, diz o ditado — e foi a necessidade e que botou no caminho do progresso os nossos antepassados peludos. (LOBATO, 1935b, p.20).

Esse conceito ocidental de trabalho foi gradativamente se modificando, desde os gregos até o período da Revolução Industrial, no século XVIII. No Brasil houve a necessidade desta mudança com a iminência do final da escravidão, para atrair trabalhadores livres e garantir a mão de obra brasileira em substituição à escrava. Para isso, seria preciso desligar a ideia de trabalho da de escravidão, que somente reafirmava o caráter negativo do mesmo, e formar uma nova perspectiva ligada a possibilidade de ascensão social e econômica, e obtenção de dignidade. Revertendo esta atividade ao nível de uma qualidade e necessidade, agora sim, inerente ao homem, e para isso era preciso formar uma sociedade voltada ao trabalho. (NAXARA, 1998, p.50)

Segundo ZAMBONI (1985, p.118): “Os conceitos se modificam e se alteram à medida que se modificam as relações sociais entre os homens , portanto, os conceitos são dinâmicos, mutáveis e historicizados.” Desta forma, no final do século XIX e início do XX esta ressignificação do trabalho agregou-se ao projeto civilizatório republicano que tinha como meta formar a cidade em consonância com uma realidade moderna baseada na indústria, progresso, tecnologia e ciência. Assim, o trabalho adquiriu um status de valorização absoluta entre as atividades humanas, ultrapassando o objetivo único de suprir as necessidades que os seres humanos encontram. (MARQUES, 2003)

Nesta nova roupagem, o trabalho representa a possibilidade de redenção humana com o objetivo de garantir a cidadania, a dignidade, como fonte de riqueza e elevação moral. Meio pelo qual o indivíduo se insere na sociedade e conseqüentemente poderá promover o progresso civilizatório, no caso, o brasileiro. (SILVA, 2010)

Esta questão ultrapassa a primeira república e se intensifica nas décadas seguintes, agora como um ideal incorporado a sociedade. Observa-se que na década de 1930 o trabalho estava em destaque no governo de Getúlio Vargas, que depois de tomar a presidência da República em 1930 e, principalmente, depois do golpe do Estado Novo de 1937, reiterava o trabalho como via de valorização do cidadão, assim pode se observar no discurso em homenagem ao Dia do Trabalho de 1938:

O trabalho é o maior fator da elevação da dignidade humana! [...] Ninguém pode viver sem trabalhar; e o operário não pode viver ganhando, apenas, o indispensável para não morrer de fome! O trabalho

justamente remunerado eleva-o na dignidade social. Além dessas condições, é forçoso observar que, num país como o nosso, onde em alguns casos há excesso de produção, desde que o operário seja melhor remunerado, poderá, elevando o seu padrão de vida, aumentar o consumo, adquirir mais dos produtores e, portanto, melhorar as condições do mercado interno. (VARGAS, 01/05/1938)

As ideias e ações do governo Vargas, que em grande parte concretizavam demandas moldadas, pouco a pouco, nos anos anteriores (BERTUCCI, 2007), difundiam a percepção de que o trabalho seria a chave mestra para o progresso e a civilização da sociedade brasileira. E tanto brasileiros como estrangeiros viam no Brasil um atraso principalmente quanto ao potencial do trabalho para o aproveitamento de seus recursos próprios, que ainda eram pouco explorados. (NAXARA, 1998, p. 48)

Coadunando com essa realidade, seguia a trajetória da escrita de Monteiro Lobato. O autor criticava com veemência o atraso brasileiro e expressava o seu desejo de superá-lo, fazendo do tema trabalho objeto de produção expressiva, na tentativa de colaborar para a modificação do atraso nacional. Campos (1986, p.67) confirma esta hipótese destacando que nas obras de Lobato o trabalho: “[...] talvez seja o grande tema do autor e está colocado no centro das preocupações com o atraso do país e também com a perspectiva de progresso que vislumbrava como alternativa de redenção nacional”.

Segundo Sevcenko (2003) o progresso se tornou uma obsessão coletiva a partir dos anos 1920 e era almejado o modelo econômico industrial alcançado pela Europa. Para chegar a este patamar, seria necessário reorganizar a sociedade, o que não aconteceria sem a valorização do trabalho, questão que abrangia a formação do brasileiro, desde sua efetiva constituição física até sua educação.

Desta forma, em diferentes lugares do território brasileiro, discussões que englobavam vários campos viam a educação para o trabalho como solução para a regeneração e inserção social, considerando que o progresso do país dependia da formação de homens sadios e moralmente educados, aptos para o trabalho (SILVA, 2010). Portanto, construir uma sociedade baseada no trabalho, significava contribuir para a formação social do brasileiro e também para evitar os problemas relacionados à falta de ocupação e produção. (MARQUES, 2003)

O trabalho como parte de um projeto maior que abrangia toda a sociedade também estava presente na produção de Monteiro Lobato ligado, sobretudo, à preocupação com a formação do homem nacional. Desde o início do século XX, estava atento aos rumos do país, a questão da formação do brasileiro e as possibilidades de desenvolvimento nacional.

Por meio da visibilidade de seus interesses Lobato foi escolhido para o cargo de adido comercial junto ao consulado brasileiro de Nova York em 1927, durante a presidência Washington Luís³. Sua missão neste cargo era ampliar o ingresso dos produtos brasileiros nos mercados da América do Norte e Central. Já em seu primeiro relatório, Lobato demonstra entusiasmo com a possibilidade de sua atividade contribuir para o avanço econômico do Brasil e destaca o modelo exemplar do enriquecimento dos Estados Unidos (AZEVEDO, 1997).

Lobato, que percebia seu ato de escrever como instrumento de combate e expressão, há anos se posicionava através de seus livros diante de questões que permeavam os debates nacionais sobre o futuro do país. (CAMPOS, 1986) Neste sentido, a estadia nos Estados Unidos até 1931 teve reflexos significativos em sua literatura sobre o tema trabalho, entre outros.

Nos Estados Unidos, Monteiro Lobato teve a possibilidade de conferir a empreitada de Henry Ford, visitando a sua fábrica de automóveis e encantando-se com aquela realidade. A partir de então, se inicia notadamente uma nova fase, na vida e obras do autor, fortemente influenciada pelas ideias do “fordismo” que postulava a adoção de processos científicos em todos os níveis de atividade e a organização da linha de montagem para a maior eficiência do processo produtivo e da produção em massa.

Para Ford a função da educação para trabalho seria importante para aumentar a eficiência do mesmo. Conforme Azevedo (1997) Lobato conferia ao referido empresário o posto de herói do trabalho, pois este tinha “a resposta definitiva para extirpar a miséria humana da face da terra.” (AZEVEDO, 1997, p.105). Em outra declaração, agora no Prefácio da tradução (1926) do livro Minha vida, minha obra de Henry Ford, Lobato afirma

³Presidente da República em de 15 de novembro de 1926 à 24 de outubro de 1930 quando foi deposto e substituído por Getúlio Vargas.

que o industrial norte-americano delineava seus projetos a partir da realidade e de suas demandas e faria isto “ensinando a trabalhar, provando que o trabalho é o supremo bem e demonstrando a altíssima significação da palavra indústria.” (LOBATO apud AZEVEDO, 1997, p.106)

Quando em Nova York, Monteiro Lobato escreveu, em 25 de agosto de 1927, ao amigo Cândido Fontoura:

Pelo que vejo aqui, convenço-me de que o Brasil pode também progredir e enriquecer grandemente [...] e para nós o trabalho está muito facilitado porque temos a experiência daqui para nos guiar. (Carta, 25/08/1927. LOBATO, 1986, p.106)

Neste modelo a indústria era considerada como um meio racional e científico de transformar os recursos naturais em utilidades para proveito geral. E a força e velocidade do progresso industrial seria consequência do desenvolvimento, por meio de invenções/ inovações que transformavam toda a realidade, a existência humana. Assim afirma: “Notem a verdade do que eu já disse – que são as invenções que mudam tudo” (LOBATO, 1933, p.216).

Lobato defende o desenvolvimento industrial, com o intuito de argumentar a favor da eficiência do homem, a qual proporcionaria mais tempo e disposição para este se dedicar a novas descobertas. Complementa essa ideia o fato de que o trabalho de cada um, unindo-se ao todo, criaria uma grande transformação, e uma descoberta desencadeando as outras aceleraria a evolução de todos:

A idade dos milagres é esta. De momento a momento novas maravilhas saem dos laboratórios científicos. As invenções se atropelam [...]. Em nossa era o progresso corre mais rápido num mês do que na antiguidade corria em séculos (LOBATO, 1933, p.399)

Na voz de Dona Benta acima, o trabalho está intrinsecamente ligado ao desenvolvimento da sociedade e, graças ao progresso científico, resultou em invenções que o tornaram mais eficiente ao poupar esforços aos homens. Desta forma, ainda na voz da mesma personagem declara que o objetivo do ganho da eficiência seria:

[...]fazer as coisas com o mínimo trabalho possível. Desse modo o prazer do homem aumenta, porque o esforço é sempre desagradável. [...] Daí vem dizer-se que a Lei do Menor Esforço é a lei que rege o progresso humano. No começo o homem tinha de fazer tudo unicamente com a força dos seus músculos, e o esforço era penosíssimo, era doloroso. Progresso quer dizer isso: fazer as coisas cada vez com menor esforço e, portanto cada vez com maior prazer. E para libertar-se do esforço o homem foi aumentando a sua eficiência. (LOBATO, 1935b, p.22)

Como observou Naxara (1998, p.42), nas primeiras décadas do século XX: “as ideias de progresso e evolução estiveram frequentemente próximas como categorias explicativas do desenvolvimento das sociedades, tornando-se o progresso como resultado da evolução natural do mundo e das sociedades em particular.”

Esta associação é repetitiva nas obras paradidáticas e outros textos de Monteiro Lobato da década de 1930 quase sempre ligada ao exemplo de progresso dos Estados Unidos: “a riqueza dos americanos, junto à audácia da sua iniciativa, fez que o país enchesse de coisas únicas, coisas inéditas no mundo. Outra particularidade americana é que lá tudo é o maior do mundo.” (LOBATO, 1935a, p.99)

O autor utiliza-se de sua estadia nos Estados Unidos para pesquisar e observar a política econômica deste, no sentido de buscar nela propostas que caberiam na realidade brasileira (CAMPOS, 1986, p.69). O entusiasmo por esta realidade estrangeira despertou a vontade de proporcionar ao Brasil o mesmo desenvolvimento, assim Lobato idealizou o seu projeto conforme relata em carta para o amigo Godofredo Rangel, em 1927: "Meu plano agora é um só: dar ferro e petróleo ao Brasil." (Carta, 17/08/1927. LOBATO, 1959, p.302)

Em março de 1931 o autor retorna ao Brasil trazendo consigo o ideal econômico-social baseado na exploração do petróleo e ferro, e na formação do trabalhador nacional com o intuito de impulsionar o desenvolvimento industrial (e o progresso) do país. Na sua lógica, o progresso seria edificado a partir da eficiência da mão de obra, que seria possibilitada com a conjugação homem e máquina, máquina esta construída com a utilização do ferro, que ganharia mais potência com o uso do petróleo utilizado como seu combustível.

Na empreitada proposta por Monteiro Lobato, o primeiro passo seria a utilização e larga exploração de dois recursos naturais brasileiros, ferro e petróleo, um a matéria prima para a máquina e outro a energia para o seu funcionamento. O escritor assim representaria sua ideia em texto destinado a crianças e jovens em fase escolar:

Vendo que só com o muque ele não saía do estado de selvageria, de bicho do mato como os outros, o homem, movido pela inteligência que começava a crescer, pôs-se a procurar novas fontes de energia, e sua primeira ideia foi utilizar-se dos músculos de outros homens e de certos animais [...] e por fim alcançou o estado atual em que chega a abrir na terra furos de dois, três quilômetros para arrancar esse líquido de nome petróleo que é a mais rica de todas as fontes de energia. (LOBATO, 1935b, p.85)

Logo ao chegar ao Brasil, Monteiro Lobato fez contato com o então presidente Getúlio Vargas, enviando um “Memorial sobre o problema siderúrgico brasileiro”, no qual reforçava a tese da importância estratégica do ferro para o progresso nacional, destacando as vantagens do processo siderúrgico norte-americano e sua possibilidade de ser implantado no Brasil.

Este período da história política brasileira foi marcada por forte instabilidade e por vivo debate; a década de 1930 se inicia com uma ruptura institucional, consagrada desde então como Revolução de 30, que tem como ação principal a instauração do governo provisório marcado pelo desejo de muitas mudanças (BORGES, 2012). Neste sentido, é possível perceber uma proposta de governo que se estrutura almejando significativas transformações em todas as áreas da vida nacional, unida por um forte patriotismo que convocava todo brasileiro a fazer parte desta empreitada transformadora como um dever cívico.

Dentre as metas do governo estava a diminuição da importação como medida de defesa da economia, desenvolvendo o aproveitamento de recursos naturais e próprios. A intenção era desenvolver a fabricação do álcool combustível/energia, considerando a potencialidade nacional em produzir cana de açúcar.

Mas o desenvolvimento nacional esbarrava em um fator central: a questão siderúrgica, considerada o problema máximo e básico da economia brasileira. Assim

sendo, Getúlio Vargas anunciou, em discurso pronunciado em fevereiro de 1931, em Belo Horizonte, capital do Estado produtor de ferro, a pretensão de investir na exploração deste mineral, a matéria prima indispensável para se desenvolver todo o restante:

O ferro é fortuna, conforto, cultura e padrão, mesmo, da vida em sociedade. Por seu intermédio, abastecem-se de água as cidades e irrigam-se as lavouras. Dele se faz a máquina, e é força. Por ele se transporta a energia, e florescem as indústrias, movimentam-se as usinas. Na terra, sobre fitas de aço, locomotivas potentes encurtam distâncias e aproximam regiões afastadas, que permutam, com rapidez, os seus produtos. (VARGAS, 23/02/1931)

Desta maneira, pode-se perceber que os discursos de Monteiro Lobato e Getúlio Vargas (e seu governo) dialogavam quanto à questão econômica, baseada na exploração do ferro e no desenvolvimento da indústria. Ambos estavam preocupados com a produção de energia própria, e divergiam apenas quanto ao principal recurso a ser explorado: Lobato apostava no petróleo e Vargas no álcool combustível.

Os planos eram semelhantes regidos pela mesma lógica. No entanto, partindo das evidências, este diálogo efetivo não aconteceu. Mesmo após outras tentativas de contato com o presidente, por meio de cartas, Lobato não obteve resposta. E assim, movido pelo descaso do governo e graças a estudos que indicavam a existência de petróleo em solo pátrio, resolveu, junto com Fortunato Bulcão, empresário brasileiro que conhecera em Detroit (Estados Unidos), fundar o Sindicato Nacional de Indústria e Comércio para localizar e explorar o petróleo (CHIARADIA, 2009, p.362-363). Com muito entusiasmo escreveu carta ao amigo Godofredo Rangel:

Que aventura tremenda, Rangel !! Dar petróleo ao Brasil como quem dá cocada a uma criança! Se o governo me não atrapalhar, dou ferro e petróleo ao Brasil em quantidades rockefellerianas. As perfurações estão em marcha (Carta, 07/10/1934. LOBATO, 1959, p.328)

Lobato escreveu sobre a questão, não apenas para os amigos ou aos adultos, também para as crianças através de suas obras paradidáticas no intuito de educar os futuros cidadãos brasileiros. O autor escreveu, no livro Geografia de Dona Benta que, entre os recursos disponíveis em terras nacionais, o petróleo seria o grande protagonista,

que através de seu poder combustível os homens gastariam menos energia com tarefas simples e físicas, pois estas seriam realizadas quase que exclusivamente pelas máquinas. Sendo assim, afirmava por meio de Dona Benta:

O petróleo é o rei dos combustíveis modernos, de modo que só são ricos e fortes os países que o possuem [...] Ferro e petróleo: eis os dois elementos básicos da grandeza dum povo moderno. Os Estados Unidos ficaram o país mais rico do mundo porque é de todos o que produz mais ferro e petróleo. (LOBATO, 1935a, p.53)

O escritor não se conformava com a passividade do governo brasileiro que, segundo ele, estaria protelando o desenvolvimento econômico brasileiro, pois muitos países, inclusive na América do Sul, desenvolviam a exploração petrolífera com resultados positivos. Lobato escreveu no livro, não por acaso, denominado O poço do Visconde:

O mundo ficou pequeno depois que o petróleo veio mover as máquinas que o homem constrói com o ferro. Por isso estou dizendo que sem produzir ferro e tirar e queimar petróleo em grandes quantidades, como os Estados Unidos, o Brasil não ganhará impulso – não sairá do buraco da opilação econômica em que se atolou. O brasileiro está com a sua eficiência muito reduzida porque quase que só se dispõe da força dos seus músculos, dos bois e do cavalo. (LOBATO, 1937, p. 55)

Durante os primeiros anos da década de 1930, Monteiro Lobato continuou investindo nos negócios do petróleo⁴. Entretanto, encontrou dificuldades de toda ordem, notadamente de ações/boicotes estrangeiros (HALLER, 2012, p.3-4). Mas não desistiu de sua convicção, denunciou a questão num livro para o público adulto, em 1936, O Escândalo do Petróleo, que alcançou grande sucesso editorial. Na obra paradidática O poço do Visconde, editada em 1937 quando a ditadura do Estado Novo ganhava contornos, é possível inferir tanto as persistências desta convicção, quanto a decepção e obstáculos que havia encontrado na tentativa de convencer as pessoas, inclusive do governo, de sua tese:

⁴Em 1932 Monteiro Lobato legalizou o funcionamento da Companhia Petróleo Nacional (CPN) e contribuiu para o funcionamento de outra sociedade, a Companhia Petróleos do Brasil (CPB). (CHIARADIA, 2009).

Eu se pudesse, pegava num martelo e embutia na cabeça de todos os brasileiros estas palavras: O ferro é a matéria-prima da máquina, e o petróleo é a matéria-prima da melhor energia que move a máquina. E como só a máquina aumenta a eficiência do homem, o problema do Brasil é um só: produzir ferro e petróleo para com eles ter a máquina que aumentará a eficiência do brasileiro. Tudo mais é bobagem. (LOBATO, 1937, p.56)

Nesta obra paradidática, Lobato transmite com linguagem simples e forma didática (perguntas e respostas) na voz do personagem Visconde de Sabugosa, conhecido nas obras como “Sabugo científico”, todo o processo de aquisição do petróleo e sua consequência, assim como, as críticas e denúncias que durante anos alardeou, sem grandes resultados, entre os adultos:

— E por que o Brasil também não produz milhões e milhões de barris? Será que não existe petróleo aqui?
 — Não existem perfurações, isso sim. Petróleo o Brasil tem para abastecer o mundo inteiro durante séculos [...]
 — Então por que não se perfura no Brasil?
 — Porque as companhias estrangeiras que nos vendem petróleo não tem interesse nisso. E como não tem interesse nisso foram convencendo o brasileiro de que aqui, neste enorme território, não havia petróleo. E os brasileiros bobamente se deixaram convencer...(LOBATO, 1937, p.42-43)

Ao travar uma verdadeira luta a favor do petróleo, as ações e críticas de Monteiro Lobato ao governo não passaram despercebidas pela ditadura do Estado Novo e Lobato foi preso por seis meses em 1941, tendo muitos de seus livros recolhidos e queimados.

Esse período, de grandes sonhos e decepções da década de 1930, que coincide com a publicação de suas obras infantis paradidáticas, foi marcado por ditames de nacionalismo cada vez mais exacerbado e pela ideia de “marcha para o progresso”. A industrialização, crescente desde os anos 1910 em centros como Rio de Janeiro e São Paulo, tornava-se realidade que interferia, direta ou indiretamente, na vida de muitos brasileiros, trazendo consigo uma nova perspectiva de vida e de mundo (SEVCENKO, 2003). Nesta realidade a máquina, símbolo da industrialização, fonte de expectativa, representava a alavanca do progresso científico; um símbolo de potência por vezes assustadora que atravessou mais de um século desde a revolução industrial do século XVIII (BRESCIANI, 1986, p.8-9).

Na fórmula apresentada por Monteiro Lobato no livro *História das invenções*, a máquina seria o meio para o homem multiplicar a sua eficiência. O escritor procurava desacreditar aqueles que alardeavam receio que as máquinas pudessem ganhar tamanha efetividade e autonomia que substituiriam o ser humano:

Como cada máquina nova vem diminuindo o número dos operários comuns, essas pessoas querem acabar com a máquina. Esquecem-se que se a máquina nova diminuiu um certo número de operários comuns, isso apenas significa que libertou um certo número de homens do trabalho que até então fazia e que de agora em diante passa a ser feito pela máquina (LOBATO, 1935b, p.71)

Assim, o autor faz uma analogia da máquina como a libertação do homem de atividades que denomina “comuns”, retornando ao desejo do oposto ao trabalho penoso, ou seja, o prazeroso que, aparentemente, pode ser confundido com eficiente, sem esforço exagerado e até mesmo o intelectual:

No dia em que tivermos máquinas para tudo, e em tremendas proporções, nesse dia a humanidade inteira estará redimida do trabalho. Em vez de estafar-se no doloroso esforço muscular, o homem passará a dirigir as máquinas, como antigamente os feitores dirigiam os escravos. E teremos então o 13 de Maio da humanidade.(LOBATO, 1935b, p.72)

Partindo desta preocupação com a humanidade é possível inferir que o escritor tinha como paradigma o desejo de melhorar a vida no coletivo, visando o progresso da nação, ideal coadunado com o patriotismo que se espraiava fortemente pelo Brasil durante o governo de Getúlio Vargas. Nessa perspectiva, a educação se insinua pela relevância que o tema ganhou no âmbito das ações federais que visavam as questões do trabalho e o progresso nacional, o que também pode ser observado na produção paradidática de Lobato, amplamente utilizada nas escolas.

A educação para o trabalho era tema do escritor Monteiro Lobato antes mesmo de sua estadia nos Estados Unidos e de suas teses sobre a importância do petróleo e ferro-máquinas ganharem consistência. A questão do ensino profissional pontuava, por exemplo, textos do jornalista Lobato publicados no jornal *O Estado de S. Paulo* nos anos 1910. Ao escrever sobre o Liceu de Artes e Ofícios de São Paulo, instituição criada ainda

na segunda metade do século XIX⁵, Monteiro Lobato expunha seu entusiasmo pela educação profissional que havia se modificado, acompanhando as invenções técnicas mundiais e as transformações de São Paulo que, com mais de 500.000 mil moradores em 1917, era uma cidade industrial (BERTUCCI, 2013, p.221-222). Para Lobato o grande valor da instituição era a essência que se baseava no método, gerador de conhecimento efetivo, para a profissionalização do trabalho:

[...] é vendo os laboratórios de onde tudo aquilo sai. O formigueiro de operários e aprendizes, a elevação mental e moral que lhes dá a boa direção, o apuramento das suas qualidades pessoais pelo estímulo da individualidade, cultivo da vocação e inteligente disciplinamento dela. (LOBATO, 01/01/1917)

Em seus artigos, o autor apontava que o ensino profissional, como o do Liceu, influenciaria ainda mais a cidade de São Paulo devido ao vínculo que estabelecia da educação para o trabalho com a sociedade e sua economia.

Através da instauração do Ministério da Educação e Saúde Pública em dezembro de 1930, projetos e ideias que há décadas eram discutidos no Brasil encontravam uma possibilidade de concretização (BERTUCCI, 2007). Portanto, a educação reconhecida como questão nacional e não somente pedagógica, necessitava de sistematização e estruturação. Conforme discurso de Vargas, pronunciado em agosto de 1933, a educação estava entrelaçada com a unidade e progresso da pátria:

Todas as grandes nações, assim merecidamente consideradas, atingiram nível superior de progresso, pela educação do povo. Refiro-me à educação, no significado amplo e social do vocábulo: física e moral, eugênica e cívica, industrial e agrícola, tendo por base a instrução primária de letras e a técnica e profissional. (VARGAS, 18 /08/ 1933).

A atuação de Francisco Campos no Ministério da Educação e Saúde Pública resultou em ações concretas ao empreender uma reforma educacional, que pretendia organizar de maneira moderna e eficiente o ensino profissional no Brasil, sob a responsabilidade primordial do governo federal (CINTRA, 2005, p.42-67). Mas, foi a partir

⁵ O Liceu de Artes e Ofícios de São Paulo foi criado em 1873 com o objetivo de ministrar os conhecimentos necessários às artes e ofícios, ao comércio, à lavoura e também às indústrias, isto começou a ocorrer no turno da noite a partir de 1882 (SANTOS, 2000, p 211).

de 1934, quando as mudanças deflagradas por Campos foram reordenadas pelo novo ministro Gustavo Capanema, que ficou evidente que a relevância dada ao ensino profissional no período estaria efetivamente conjugada com amplas preocupações relativas a outro tema magno nacional, a saúde.

Também em 1930 foi criado o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio com o propósito de atender a realidade brasileira a partir de ações que integrassem as massas trabalhadoras à vida nos centros urbanos. Os dois ministérios recém-criados se diferenciavam pela natureza do olhar imediato que estendiam sobre a nação: “enquanto no Trabalho predomina o olho do presente, na Educação importa agir segundo uma visão do futuro da nacionalidade” (LISSOVSKY; SÁ, 2000, p.49).

Esse duplo olhar, diferenciado, seria interligado por uma preocupação comum, a formação do cidadão trabalhador. Assim, concebeu-se a necessidade de promover a educação para o trabalho através do ensino profissional que além da construção da nova nação deveria refletir a preocupação com cuidado com as crianças e jovens, prevenindo futuros problemas sociais gerados pelo ócio ou vício (MARQUES, 2003).

Para Monteiro Lobato a união do conhecimento científico e da formação profissional resolveriam os problemas do país, inclusive os sociais. Desta forma, reconheceu a importância da escola profissional, afirmando que: “O nosso problema capital, magno por excelência, é criar a cultura. Escolas profissionais para o povo, não cinco ou dez, mas cem mil, uma em cada cidade” (LOBATO, 1951, p. 219). A sua ideia de cultura está arraigada na valorização do saber científico e tecnológico, aplicados à realidade, adaptados a ela e à sua necessidade mutável:

No século da técnica, qual a nossa educação técnica? [...] Casas de ciência que aparelhem técnicos maravilhosos para a indústria, onde? Quais? E onde bibliotecas populares, escolas especializadas, laboratórios bem montados, colégios honestos que apetrechem para a vida os rapazes? E onde a compreensão de que a ciência é tudo e fora dela não há salvação? (LOBATO, 1951, p.218)

Em carta para Godofredo Rangel, do ano de 1943, o autor declara:

“Avenida do progresso sem fim”: educação para o trabalho nas obras paradidáticas de Monteiro Lobato
Carla Ukan

Depois que me pus adquirir um pouco de cultura científica, mudei muito, e hoje considero o bicho exclusivamente literário, e vazio de cultura científica, como um animal sem possível classificação zoológica e sem direito a um lugar no mundo moderno.(Carta, 24/08/1943. LOBATO, 1959, p.350).

Partindo de um literato esta passagem seria contraditória se suprimida toda a discussão traçada até aqui. Na visão de Monteiro Lobato a literatura, em suas diversas funções, poderia: divertir, denunciar ou difundir conhecimento, sobretudo, o científico.

Conclusões

Ao tratar de geografia, geologia, das histórias do mundo e das invenções não por acaso nas vozes de seus personagens ícones em sabedoria, Dona Benta e Visconde de Sabugosa, o autor utilizou a literatura para incutir nas crianças suas ideias transformando a narrativa de histórias infantis em pano de fundo ilustrativo para suas principais intenções.

Em estilo atraente, fatos pontuais foram utilizados com maestria para, numa linguagem específica às crianças, transmitir ideias de evolução, progresso, cientificidade e modernidade. Nessas histórias, a questão da ação humana, sinônimo de trabalho, intervindo de maneira eficiente, racional e científica para mudar o mundo, é recorrente. Desta forma, educação e educação para o trabalho ganham perspectiva plural representadas nestas obras da década de 1930.

Referências

ALCANFOR, L. R. As reações de Monteiro Lobato: do projeto editorial ao projeto literário infantil. In: Congresso Brasileiro de História da Educação. VII **Anais...**2013, Cuiabá, 2013. p.1-15.

AZEVEDO, C. L. **Monteiro Lobato, furacão na Botocúndia**. São Paulo, Editora Senac, 1997.

BERTUCCI, L. M. Sanear a raça pela educação. Teses da Faculdade de Medicina e Cirurgia de São Paulo, início dos anos 1920. In: MOTA, A.; MARINHO, M.G.S.M.C. (Orgs.) **Eugenia e história: ciência, educação e regionalidades**. São Paulo: FFMUSP; UFABC; Casa de Soluções e Editora, 2013, p.219-238.

“Avenida do progresso sem fim”: educação para o trabalho nas obras paradigmáticas de Monteiro Lobato
Carla Ukan

BERTUCCI, L. M. Forjar o povo, construir a nação: ciência médica e saúde pública no Brasil. In: RIBERA CARDÓ, E.; MENDOZA VARGAS, H.; SUNYER MARTÍN, P.. (Org.). **La integración del territorio en una idea de Estado, México y Brasil, 1821-1946**. 1ed. Ciudad de México: IG, UNAM / Instituto Mora, 2007, v. 1, p. 141-161.

BORGES, V. P. Anos trinta e política: História e Historiografia, 2012. In: FREITAS, Marcos Cezar. **Historiografia brasileira em perspectiva** / Marcos Cezar Freitas (org) 7ed. São Paulo: Contexto, 2012. p160.

BRESCIANI, M. S. M. Lógica e Dissonância. Sociedade de Trabalho: lei, disciplina e resistência operária. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 6, n.11, p. 7-44, 1986.

BURKE, P. **A escrita da História**: novas perspectivas. São Paulo: Editora UNESP, 1992.

CAMPOS, A. L. V. Terra, trabalho e progresso na obra de Monteiro Lobato. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 6, n.12, p. 65-72, 1986.

CHARTIER, R. **A História Cultural**: entre práticas e representações. Rio de Janeiro; Lisboa: Bertrand Brasil; DIFEL, 1990.

CHIARADIA, K. O poço de Visconde: o faz de conta quase de verdade. 2009. In: LAJOLO, M.; CECCANTINI, J. L. (org.). **Monteiro Lobato livro a livro**. São Paulo: Ed, Unesp, 2009, p.355-369).

CINTRA, E.P. U. **Ensino profissional feminino em Curitiba**. A Escola Técnica de Comércio São José (1942-1955), Dissertação (Mestrado em Educação) Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2005.

HALLER, J. U. **Monteiro Lobato**: a literatura como expressão do contexto (1889-1930). Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) – Universidade Estadual de Maringá, 2012.

LAJOLO, M. **Do mundo da leitura para a leitura do mundo**. São Paulo: Ática, 1993.

LAJOLO, M.; ZILBERMAN, R. **Literatura infantil brasileira**: histórias & histórias. São Paulo: Ática, 1984.

“Avenida do progresso sem fim”: educação para o trabalho nas obras paradigmáticas de Monteiro Lobato
Carla Ukan

LISSOVSKY, M. ; MORAES DE SÁ, P. S. O novo em construção: o edifício-sede do Ministério da Educação e Saúde e a disputa do espaço arquitetável nos anos 1930. In: GOMES, A.C. (org). **Capanema: o ministro e seu ministério**. Rio de Janeiro, FGV editora, 2000, p. 49 - 71.

LOBATO, M. **A Barca de Gleyre**. São Paulo: Brasiliense, 2.º tomo, 1959.

LOBATO, Monteiro. **Geografia de Dona Benta**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1935a. (COLEÇÃO PARTICULAR)

LOBATO, Monteiro. **História das invenções**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1935b. (COLEÇÃO PARTICULAR)

LOBATO, Monteiro. **História do mundo para crianças**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1933. (COLEÇÃO PARTICULAR)

LOBATO, M. **Monteiro Lobato vivo**. Seleção e organização de Cassiano Nunes. Rio de Janeiro: MPM Propaganda: Record, 1986.

LOBATO, M. **Na Antevéspera**. São Paulo: Brasiliense, 1951.

LOBATO, M. Liceu de Artes e Offícios: A grande oficina Escola. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 01.jan.1917. Disponível em: <http://acervo.estadao.com.br>. Acesso: 08/09/2013.

LOBATO, Monteiro. **O poço do Visconde**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1937. (BIBLIOTECA MONTEIRO LOBATO – SÃO PAULO)

MARQUES, V.R.B. Histórias de higienização pelo trabalho: crianças paranaenses no Novecentos. **Cadernos CEDES** Campinas, v.23, n. 59, p.57-78, abril 2003.

NAXARA, M.R.C. **Estrangeiro em sua própria terra: representações do brasileiro, 1870/1920**. São Paulo: Annablume/ FAPESP, 1998.

PESAVENTO, S. J. **História e História Cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

SANTOS, J.A. A trajetória da educação profissional. In: LOPES, M.T; FARIA FILHO, L.M.; VEIGA, C.G. **500 Anos de Educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

SILVA, S.C.H.P. **De órfãos da gripe a trabalhadores**. O Asilo São Luiz de Curitiba, 1918-1937. Curitiba, 130p. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2010.

“Avenida do progresso sem fim”: educação para o trabalho nas obras paradidáticas de Monteiro Lobato
Carla Ukan

SEVCENKO, N. **Literatura como Missão**: tensões sociais e criação cultural na Primeira República. 2ed. São Paulo:Companhia das Letras, 2003.

VARGAS, G. Discursos. **BIBLIOTECA DA PRESIDENCIA DA REPÚBLICA**. Disponível em:www.biblioteca.presidencia.gov.br. Acesso em: 10/11/2013.

ZILBERMAN, R.**A Literatura Infantil na Escola**. São Paulo, Global Editora.1998.

ZAMBONI, E. “Sociedade e trabalho” e os primeiros anos de escolaridade: introdução das noções básicas para a formação de um conceito: trabalho. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v.6, n.11, p.117-126, set.1985/fev.1986.